



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

TARDE

TÉCNICO - ÁREA ADMINISTRATIVA

PROVA OBJETIVA – NÍVEL MÉDIO

TIPO 4 – AZUL



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo setenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- **4 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

Língua Portuguesa

Texto 1

Menos mortes e engarrafamentos: movimento quer reduzir a velocidade nas cidades brasileiras (adaptado)

Por Marcela Donini e Tiago Medina

Mais que uma mudança de cidade e país, a vida da fonoaudióloga Paula Dallegrave Priori mudou de estilo a partir de 2021. Acompanhada do marido e da filha, então com menos de 3 anos, ela trocou Porto Alegre por Barcelona. O carro da família, tão necessário para deslocamentos na capital gaúcha, ficou do lado de cá do oceano. Se antes era um elemento presente no cotidiano, tornou-se anacrônico na nova cidade.

“A percepção do trânsito em relação a Porto Alegre é bem clara: aqui é muito melhor. Não percebemos o ambiente tóxico que é o trânsito aí”, compara ela, usuária frequente do metrô, além de pedestre habitual. Aliás, caminhar na rua com a filha é, agora, mais tranquilo. “Os carros não andam em alta velocidade, respeitam o pedestre, faixa de trânsito, usam a seta, enfim tu consegue prever o que vai acontecer.”

Tendência em cidades que são exemplo em mobilidade ativa, a redução de velocidade foi decretada pelo governo espanhol em maio de 2021. Desde então, os limites na maioria das vias urbanas de todas as cidades espanholas são de até 30 km/h [...].

Um movimento no Brasil quer entrar nessa onda e readequar os limites nas vias das cidades de todo o país. A União de Ciclistas do Brasil (UCB), em parceria com outras entidades como a Fundação Thiago Gonzaga, propõe uma alteração no Código de Trânsito Brasileiro que fixaria em 60km/h o máximo permitido nas vias de trânsito rápido e 50km/h nas vias arteriais. [...] O máximo para vias coletoras e locais permaneceria em 40km/h e 30 km/h.

[...]

O documento publicado pela entidade apoia-se ainda em experiências brasileiras e estrangeiras nas quais a redução das velocidades levou a maior segurança no trânsito. São Paulo, por exemplo, fez alterações significativas nesse sentido desde 2011. Em 2015, foram reduzidos os limites em duas das principais vias expressas, as marginais Tietê e Pinheiros [...]. O sucesso da operação, destaca o relatório da UCB, foi verificado no ano seguinte, quando a cidade registrou uma queda de 52% no número de mortes nas duas marginais.

Outras experiências dentro e fora do Brasil comprovam a relação entre velocidades menores e menos mortes, mas ainda falta comunicar efetivamente esses dados à população. Uma pesquisa de opinião encomendada pela UCB a uma empresa terceirizada revelou que 82% dos entrevistados conhecem alguém que morreu no trânsito, e 9 em cada 10 consideram alto o número de mortes nas vias brasileiras. Quando a questão são limites de velocidade mais baixos, metade concorda que isso evitaria mais óbitos, mas 8 em cada 9 deixaram de citar a redução dos limites como fator importante para essa queda.

[...] “As pessoas sempre pensam que vão ter perda se forem mais devagar. Ao contrário, o trânsito flui melhor”, diz, citando o exemplo da ponte Rio-Niterói, onde o limite passou de 110km/h para 80km/h e houve melhoria na fluidez. “Por isso, estamos deixando de falar em *redução*, e usando o termo *readequação* de velocidades”, explica.

Ana Luiza Carboni, coordenadora do projeto Vias Seguras, destaca uma ilustração didática aprendida com a engenheira de transportes e professora da Universidade Federal de Alagoas Jessica Lima. “Pense em uma torneira aberta, com ralo pequeno. Se você abrir toda a torneira, a água vai acumular. Se abrir menos, ela vai escoar, vai passar mais lentamente, mas constantemente”, exemplifica. “É preciso mudar a visão de que ‘a velocidade vai fazer eu chegar primeiro’. Já está provado que a redução da velocidade máxima não tem impacto na velocidade média. As cidades são feitas de gargalos. Acelerar significa apenas que você vai chegar mais rápido num gargalo”, completa.

[...]

Status do carro

Em cidades planejadas para o carro, não à toa a população mais vulnerável no trânsito são pedestres, ciclistas e motociclistas – e dentro desse grupo, as vítimas mais comuns são pessoas negras, destaca Carboni.

Para a engenheira civil e gerente de mobilidade ativa do WRI, Paula Manoela dos Santos, a questão geracional é chave na mudança de visão que ainda precisa ser feita para o carro deixar de ser visto como o elemento central na mobilidade. “Ainda habita em nós uma questão de status do carro. A bicicleta é vista como veículo só no Código de Trânsito Brasileiro. Para as pessoas, nem sempre. Diria que até é um pouco marginalizada, como considerar que quem anda de bicicleta não teve sucesso”, diz.

Carboni sabe bem do que Santos está falando. A ativista, que não tem carro há oito anos, costuma contar a história de suas idas ao mercado: “Na hora de pagar, sempre perguntam se tenho o ticket do estacionamento, e eu respondo que não tenho carro. Até que um dia uma caixa falou ‘Deus há de prover um pra você’”.

Apesar de o caminho até um trânsito mais seguro ser longo, os especialistas ouvidos pelo Matinal são otimistas. Bohn lembra que já se avançou muito: “Hoje não é mais aceitável beber e dirigir como era 20 anos atrás”. A engenheira da WRI faz questão de ressaltar que as novas gerações têm outro entendimento, especialmente em relação ao carro.

Paula que o diga. A porto-alegrense cuja história abre a reportagem tem convicção de que o novo estilo de vida irá mudar a perspectiva da filha, de 4 anos, sobre mobilidade. “Hoje, ela está muito mais acostumada a ver as pessoas fazendo as coisas de bicicleta. Os ciclistas enfrentam dia de chuva, de frio. Isso é normal”, diz. Além do automóvel, também ficou para trás o hábito de entregar o celular na mão da pequena para driblar a impaciência dos momentos de trânsito parado.

Disponível em: <https://www.matinaljornalismo.com.br/matinal/reportagem-matinal/reduzir-velocidade-nas-cidades-brasileiras/>

1

O texto 1 discute o problema da segurança no trânsito. A alternativa que identifica, de acordo com o texto, uma *causa indireta* dos acidentes de trânsito é:

- (A) respeito ao pedestre;
- (B) sobrecarga do serviço público de saúde;
- (C) alteração do Código de Trânsito Brasileiro;
- (D) *status* do carro;
- (E) desenvolvimento de um novo estilo de vida.

2

Do ponto de vista da organização estrutural, observa-se no texto 1 uma oposição entre, de um lado, o bloco introdução/conclusão (parágrafos 1, 2 e 13) e, de outro, o bloco do desenvolvimento (parágrafos 3 a 12). Essa oposição decorre da predominância, em cada um desses blocos, de estratégias composicionais distintas.

A alternativa que captura corretamente a oposição entre as estratégias composicionais predominantes em cada um desses blocos, respectivamente, é:

- (A) função fática X função referencial;
- (B) situações factuais X situações hipotéticas;
- (C) sequências descritivas X sequências injuntivas;
- (D) discurso indireto X discurso indireto livre;
- (E) perspectiva particularizante X perspectiva generalizante.

3

“Por isso, estamos deixando de falar em *redução*, e usando o termo *readequação* de velocidades”, explica.”

Essa passagem destacada do texto 1 faz referência à substituição do termo “redução” pelo termo “readequação” no debate sobre os limites de velocidade no trânsito.

No texto 1, essa substituição é justificada com base no seguinte raciocínio:

- (A) carros não devem ser vistos como símbolos de poder;
- (B) o ritmo frenético da vida nas grandes cidades é nocivo para a população;
- (C) metade da população concorda que limites de velocidade mais baixos acarretariam menos óbitos;
- (D) redução da velocidade máxima não implica redução da velocidade média;
- (E) as gerações mais novas rejeitam a ideia de uma vida sem carro.

4

Em diversas passagens do texto 1, um pronome pessoal é empregado com sentido genérico, isto é, em referência a um conjunto indeterminado de indivíduos (e não em referência apenas aos interlocutores).

O único caso em que esse emprego genérico NÃO se verifica é:

- (A) “Os carros não andam em alta velocidade, respeitam o pedestre, faixa de trânsito, usam a seta, enfim tu consegues prever o que vai acontecer.”
- (B) “Se você abrir toda a torneira, a água vai acumular.”
- (C) “‘Acelerar significa apenas que você vai chegar mais rápido num gargalo’.”
- (D) “‘Ainda habita em nós uma questão de status do carro’.”
- (E) “Até que um dia uma caixa falou ‘Deus há de prover um pra você’.”

5

“O máximo para vias coletoras e locais permaneceria em 40km/h e 30 km/h.”

Nesse fragmento do texto 1, um verbo flexionado no futuro do pretérito veicula um significado específico.

Dentre as frases abaixo, aquela em que o verbo sublinhado apresenta o mesmo valor semântico observado na passagem acima é:

- (A) Este projeto, se colocado em prática, mudaria a vida de muita gente.
- (B) A testemunha afirmou que o motorista teria fugido sem prestar socorro.
- (C) Você poderia me fazer um favor?
- (D) Tinha ficado combinado que João faria o trabalho.
- (E) João prometeu que iria ao evento.

6

“É preciso mudar a visão de que ‘a velocidade vai fazer eu chegar primeiro’. Já está provado que a redução da velocidade máxima não tem impacto na velocidade média.” (Texto 1)

Embora os dois períodos da passagem acima não estejam ligados por meio de um conectivo, é possível observar que existe entre eles uma relação lógico-semântica específica.

A proposta de reescritura que preserva essa relação lógico-semântica é:

- (A) À medida que é preciso mudar a visão de que “a velocidade vai fazer eu chegar primeiro”, já fica provado que a redução da velocidade máxima não tem impacto na velocidade média.
- (B) É preciso mudar a visão de que “a velocidade vai fazer eu chegar primeiro”, pois já está provado que a redução da velocidade máxima não tem impacto na velocidade média.
- (C) Ainda que seja preciso mudar a visão de que “a velocidade vai fazer eu chegar primeiro”, já está provado que a redução da velocidade máxima não tem impacto na velocidade média.
- (D) É preciso mudar a visão de que “a velocidade vai fazer eu chegar primeiro”; conseqüentemente, já está provado que a redução da velocidade máxima não tem impacto na velocidade média.
- (E) É preciso mudar a visão de que “a velocidade vai fazer eu chegar primeiro”, desde que já esteja provado que a redução da velocidade máxima não tem impacto na velocidade média.

7

“Outras experiências dentro e fora do Brasil comprovam a relação entre velocidades menores e menos mortes, mas ainda falta comunicar efetivamente esses dados à população.”

O trecho do texto 1 destacado na passagem acima corresponde a uma tese. A alternativa em que um dado estatístico é apresentado como argumento em favor dessa tese é:

- (A) “Quanto menor a velocidade, menos lesões, menos lesões graves e menos mortes.”
- (B) “O sucesso da operação, destaca o relatório da UCB, foi verificado no ano seguinte, quando a cidade registrou uma queda de 52% no número de mortes nas duas marginais.”
- (C) “Uma pesquisa de opinião encomendada pela UCB a uma empresa terceirizada revelou que 82% dos entrevistados conhecem alguém que morreu no trânsito.”
- (D) “Quando a questão são limites de velocidade mais baixos, metade concorda que isso evitaria mais óbitos, mas 8 em cada 9 deixaram de citar a redução dos limites como fator importante para essa queda.”
- (E) “Em São Paulo, houve forte resistência em diferentes setores da sociedade logo após a decisão de reduzir a velocidade nas marginais.”

8

“A bicicleta é vista como veículo só no Código de Trânsito Brasileiro.”

O processo de leitura requer a integração de informações disponíveis no material textual com informações presentes no conhecimento de mundo do leitor.

Integrando-se essas duas fontes de informações, conclui-se que a passagem do texto 1 destacada acima dispara, implicitamente, a ideia de que:

- (A) a bicicleta não é um meio de transporte apropriado em condições climáticas adversas;
- (B) o Código de Trânsito Brasileiro não valoriza devidamente a bicicleta;
- (C) no senso comum, a bicicleta é tratada como equipamento destinado ao lazer ou a atividades físicas;
- (D) gerações mais novas têm revelado uma mudança de mentalidade no que tange à mobilidade urbana;
- (E) a redução da mortalidade no trânsito ainda não pode ser considerada uma realidade.

9

“Tendência em cidades que são exemplo em mobilidade ativa, a redução de velocidade foi decretada pelo governo espanhol em maio de 2021.”

Levando-se em conta tanto o significado individual das palavras sublinhadas na passagem do texto 1 destacada acima quanto o contexto mais amplo do texto 1, é possível definir a expressão “mobilidade ativa” como:

- (A) readequação dos limites de velocidade;
- (B) deslocamento não motorizado;
- (C) diminuição do índice de lesões graves;
- (D) incentivo à cordialidade no trânsito;
- (E) eliminação de gargalos.

10

“Por isso, estamos deixando de falar em *redução*, e usando o termo *readequação* de velocidades”, explica.”

Nessa passagem do texto 1, o emprego do itálico em “redução” e “readequação” cumpre a função de:

- (A) atenuar o impacto das palavras destacadas, dada sua relevância para o texto;
- (B) indicar que os termos em destaque foram usados de forma imprecisa ou pouco usual;
- (C) indicar que as palavras em destaque são termos técnicos, pertencendo a um jargão profissional especializado;
- (D) marcar que os itens destacados fazem referência a palavras específicas, e não a conceitos;
- (E) sinalizar que as palavras destacadas são estrangeirismos.

11

“Se antes era um elemento presente no cotidiano, tornou-se anacrônico na nova cidade.”

A conjunção “se” expressa, primariamente, ideia de condição. Em alguns casos, contudo, um valor semântico adicional se soma a esse significado mais básico.

Na passagem do texto 1 destacada acima, é possível identificar o valor adicional de:

- (A) concessão;
- (B) consequência;
- (C) conformidade;
- (D) proporção;
- (E) explicação.

12

“Outras experiências dentro e fora do Brasil comprovam a relação entre velocidades menores e menos mortes, mas ainda falta comunicar efetivamente esses dados à população.”

A passagem do texto 1 acima reescrita sem mudança substancial de significado é:

- (A) Desde que haja outras experiências dentro e fora do Brasil, comprova-se que há relação entre velocidades menores e menos mortes. Ainda falta, entretanto, comunicar efetivamente esses dados à população.
- (B) Por meio de outras experiências dentro e fora do Brasil, foi comprovada a relação entre velocidades menores e menos mortes, sendo assim ainda falta comunicar efetivamente esses dados aos cidadãos.
- (C) Conforme demonstrado por outras experiências dentro e fora do Brasil, existe relação entre, de um lado, velocidades menores e, de outro, menos mortes. Ainda falta, no entanto, comunicar efetivamente esses dados à população.
- (D) Em havendo outras experiências dentro e fora do Brasil, comprova-se a relação entre velocidades menores e menos mortes, portanto ainda falta comunicar efetivamente esses dados à população.
- (E) Comprovando a existência de relação entre velocidades menores e menos mortes, outras experiências dentro e fora do Brasil ainda devem ser comunicadas efetivamente à população.

Texto 2

Cidade são, mente são?

Por Carlos Leite, Hermano Tavares e Paulo Saldiva

As cidades surgiram da necessidade de sobrevivência da espécie humana. Em regiões onde o modo de vida de nossos antepassados caçadores/coletores não era possível, tornou-se imperioso obter alimentos por meio de técnicas agropecuárias. O aumento da produção de nutrientes permitiu o crescimento e a fixação da população humana em cidades.

[...]

Porém, junto com as aglomerações vieram o saneamento precário e a proliferação de patógenos que trouxeram consigo o adoecimento. Talvez seja válido dizer que Logos e Páthos caminham de braços dados pelas ruas das cidades mundo afora.

[...]

Nesse contexto, a cidade é o resultado de uma complexa interação entre governança, ambientes urbanos físicos, sociais e econômicos, tendo como protagonista a biologia dos seus habitantes. De fato, segmentos populacionais menos privilegiados, que ocupam, em sua maioria, as periferias urbanas, combinam um ambiente mais hostil (moradia precária, mau saneamento, maior exposição à poluição do ar e risco de doenças infecciosas) com mais comorbidades, deficiência nutricional, menor acesso à informação, à educação e, sem dúvida, à saúde em si – não apenas física como também mental. [...]

No Brasil, as doenças mentais são o terceiro maior conjunto de morbidades a pesar na sociedade [...]. Um estudo epidemiológico conduzido na região metropolitana de São Paulo mostra que aproximadamente 40% da população urbana preencheu critérios para ao menos um diagnóstico psiquiátrico ao longo da vida [...]. Exposição ao ambiente urbano e privação social foram associados como fatores de risco para todas as condições mentais [...]

Nas favelas, outra questão que se impõe é a da violência urbana. Um estudo epidemiológico sobre o tema mostrou elevada exposição da população a eventos traumáticos (86%), dos quais 11% apresentariam risco para desenvolvimento de um transtorno do estresse pós-traumático (TEPT), sendo que as mulheres teriam um risco três vezes maior do que homens nesse aspecto. Chama atenção no estudo, o fato de que 35% dos casos identificados de TEPT foram desencadeados pela perda inesperada de um ente querido e 40% devido à violência interpessoal.

Um outro estudo de natureza qualitativa soma a esse panorama, já desolador, o elemento da coerção social. Em muitas dessas comunidades, o poder do arbítrio e o uso da violência como instrumento de controle social, funções atribuídas ao Estado, são complementados – quando não completamente substituídos – pelas sociedades dedicadas ao tráfico de drogas e o crime organizado. [...] Em uma complementaridade pungente ao relato mais técnico do levantamento epidemiológico, o estudo qualitativo dá voz ao sofrimento principalmente de mães, esposas e cuidadoras em geral [...]

Contudo, o ambiente urbano desafia a saúde mental para além dos seus aspectos sociais, envolvendo questões físicas e materiais como a poluição ambiental e sonora; o espraiamento das cidades e a necessidade de longos períodos de deslocamento de casa para o trabalho e vice-versa; e, ainda, a progressiva substituição da paisagem natural pela chamada “selva de concreto”. No caso dos longos deslocamentos diários casa-trabalho-casa, eles podem ser agravados quando, por força da baixa remuneração, a população mais vulnerável tem que assumir dois ou mais empregos para garantir uma renda condizente. Isso se traduzirá em mais horas de afastamento do domicílio, da família e dos filhos, com maior sofrimento para mulheres e crianças. Os pequenos, necessitados de uma presença parental mais efetiva, crescerão no ambiente adverso, com pouca supervisão, disso resultando, entre outros problemas, um reduzido aproveitamento escolar, evasão e baixa qualificação – perpetuando assim tal ciclo negativo. A evolução dos transtornos mentais reforça a percepção da relevância do amparo à infância como o meio mais efetivo de prevenção desses males. Metade desses transtornos identificados em adultos tiveram seu início antes dos 15 anos de idade – e a maioria começa antes dos 20 anos. [...]

[...]

Nesse sentido, os programas do urbanismo social podem ser instrumento poderoso. [...] Consagrado em Medellín, [...] o urbanismo social é um modelo que pode e deve ganhar maior robustez nas cidades. Ou seja, urge otimizar as valiosas metodologias do urbanismo social para além de seus focos essenciais – urbanização do território, promoção de infraestruturas urbanas, habitação social, equipamentos e serviços públicos, mobilidade etc. [...] Sabe-se que não são apenas as intervenções físicas que transformam o território, mas o tecido social de confiança, com articulação comunitária construída na vida coletiva e no exercício cidadão. Não à toa, o sucesso de Medellín em grande parte se deve à promoção, desde o início do processo, dos espaços públicos e dos grandes equipamentos públicos onde a vida comunitária é valorizada.

[...]

Melhorar as condições de vida dos habitantes das favelas de modo integral, considerando sempre os aspectos sociais coletivos que impõem diversos tipos de sofrimentos mentais individuais, e ampliar o direito à cidade é também promover o direito à saúde mental. Assim, reciclando a célebre citação do poeta italiano Juvenal, que no século I já pedia uma mente são em um corpo são, cabe-nos trabalhar para promover um ambiente são de modo que mentes-corpos periféricos tenham mais condições de saúde.

Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/cidade-sa-mente-sa/>

13

O texto 2 tem caráter argumentativo. A passagem que melhor sintetiza sua *tese central* é:

- (A) “As cidades surgiram da necessidade de sobrevivência da espécie humana” (1º parágrafo)
- (B) “O aumento da produção de nutrientes permitiu o crescimento e a fixação da população humana em cidades” (1º parágrafo)
- (C) “Os pequenos, necessitados de uma presença parental mais efetiva, crescerão no ambiente adverso, com pouca supervisão, disso resultando, entre outros problemas, um reduzido aproveitamento escolar, evasão e baixa qualificação” (7º parágrafo)
- (D) “Não à toa, o sucesso de Medellín em grande parte se deve à promoção, desde o início do processo, dos espaços públicos e dos grandes equipamentos públicos onde a vida comunitária é valorizada.” (8º parágrafo)
- (E) “Melhorar as condições de vida dos habitantes das favelas de modo integral, considerando sempre os aspectos sociais coletivos que impõem diversos tipos de sofrimentos mentais individuais, e ampliar o direito à cidade é também promover o direito à saúde mental.” (9º parágrafo)

14

“No caso dos longos deslocamentos diários casa-trabalho-casa, eles podem ser agravados quando, por força da baixa remuneração, a população mais vulnerável tem que assumir dois ou mais empregos para garantir uma renda condizente. Isso se traduzirá em mais horas de afastamento do domicílio, da família e dos filhos, com maior sofrimento para mulheres e crianças. Os pequenos, necessitados de uma presença parental mais efetiva, crescerão no ambiente adverso, com pouca supervisão, disso resultando, entre outros problemas, um reduzido aproveitamento escolar, evasão e baixa qualificação – perpetuando assim tal ciclo negativo.” (Texto 2)

O “ciclo negativo” mencionado na passagem acima deve ser entendido como:

- (A) repetição de mazelas sociais a cada troca de governo;
- (B) invisibilização de problemas socioeconômicos a cada nova família desfavorecida;
- (C) avaliação do aproveitamento escolar a cada novo estudo epidemiológico;
- (D) reprodução de uma mesma situação trágica a cada nova geração;
- (E) ampliação da desigualdade a cada nova situação de desemprego.

15

Embora o texto 2 apresente uma linguagem predominantemente objetiva, diversas passagens exibem marcas da subjetividade do enunciador.

Dentre as alternativas abaixo, a única em que o elemento sublinhado NÃO é uma marca de subjetividade é:

- (A) “Um outro estudo de natureza qualitativa soma a esse panorama, já desolador, o elemento da coerção social.”
- (B) “Ou seja, urge otimizar as valiosas metodologias do urbanismo social para além de seus focos essenciais”
- (C) “Consagrado em Medellín, [...] o urbanismo social é um modelo que pode e deve ganhar maior robustez nas cidades.”
- (D) “Em uma complementaridade pungente ao relato mais técnico do levantamento epidemiológico, o estudo qualitativo dá voz ao sofrimento principalmente de mães, esposas e cuidadoras em geral [...]”
- (E) “Sabe-se que não são apenas as intervenções físicas que transformam o território, mas o tecido social de confiança, com articulação comunitária construída na vida coletiva e no exercício cidadão”

16

“As cidades surgiram da necessidade de sobrevivência da espécie humana. Em regiões onde o modo de vida de nossos antepassados caçadores/coletores não era possível, tornou-se imperioso obter alimentos por meio de técnicas agropecuárias. O aumento da produção de nutrientes permitiu o crescimento e a fixação da população humana em cidades.”

A reescritura da passagem do texto 2 acima na qual NÃO se verifica nenhum desvio em relação à norma padrão do português é:

- (A) O surgimento das cidades se deveu a necessidade de sobrevivência da espécie humana. Em regiões onde o modo de vida de nossos antepassados caçadores/coletores não era possível, tornou-se imperioso obter alimentos por meio de técnicas agropecuárias. O aumento da produção de nutrientes propiciou o crescimento e a fixação da população humana em cidades.
- (B) O surgimento das cidades pode ser atribuído a necessidade de sobrevivência da espécie humana. Tornou-se imperioso em regiões nas quais o modo de vida de nossos antepassados caçadores/coletores não era possível, obter alimentos por meio de técnicas agropecuárias. O aumento da produção de nutrientes permitiu o crescimento e a fixação da população humana em cidades.
- (C) As cidades surgiram da necessidade de sobrevivência da espécie humana. Em regiões que o modo de vida de nossos antepassados caçadores/coletores não era possível, tornou-se imprescindível obter alimentos por meio de técnicas agropecuárias. O aumento da produção de nutrientes permitiu o crescimento e a fixação da população humana em cidades.
- (D) As cidades surgiram em consequência da necessidade de sobrevivência da espécie humana. Em regiões onde o modo de vida de nossos antepassados caçadores/coletores não era possível, tornou-se imperioso que os humanos obtessem alimentos por meio de técnicas agropecuárias. O aumento da produção de nutrientes permitiu o crescimento e a fixação da população humana em cidades.
- (E) O surgimento das cidades decorreu da necessidade de sobrevivência da espécie humana. Em regiões nas quais o modo de vida de nossos antepassados caçadores/coletores não era viável, tornou-se imperiosa a obtenção de alimentos por meio de técnicas agropecuárias. Graças ao aumento da produção de nutrientes, tornaram-se possíveis o crescimento e a fixação da população humana em cidades.

17

Ao estabelecer um diálogo com um texto cronologicamente anterior, o título do texto 2 ilustra o fenômeno da intertextualidade.

Por meio dessa referência intertextual, o título do texto 2:

- (A) reafirma a ideia do texto com o qual dialoga;
- (B) amplia a ideia do texto com o qual dialoga;
- (C) refuta a ideia do texto com o qual dialoga;
- (D) desqualifica a ideia do texto com o qual dialoga;
- (E) questiona a ideia do texto com o qual dialoga.

18

“Nesse contexto, a cidade é o resultado de uma complexa interação entre governança, ambientes urbanos físicos, sociais e econômicos, tendo como protagonista a biologia dos seus habitantes.”

Uma proposta de reescritura da passagem do texto 2 destacada acima na qual NÃO se verifica erro relativo ao emprego dos sinais de pontuação é:

- (A) A cidade é nesse contexto, o resultado de uma complexa interação entre governança, ambientes urbanos físicos, sociais e econômicos, tendo assim como protagonista a biologia dos seus habitantes.
- (B) Nesse contexto, a cidade é o resultado de uma complexa interação entre governança, ambientes urbanos físicos, sociais e econômicos, tendo, como protagonista, a biologia dos seus habitantes.
- (C) Nesse contexto, a cidade é o resultado de uma complexa interação entre governança, ambientes urbanos físicos, sociais e econômicos, tendo assim, como protagonista a biologia dos seus habitantes.
- (D) Nesse contexto, a cidade, é o resultado de uma complexa interação entre governança, ambientes urbanos físicos, sociais e econômicos, assim tendo como protagonista, a biologia dos seus habitantes.
- (E) Nesse contexto, a cidade é o resultado de uma complexa interação entre governança, ambientes urbanos físicos, sociais e econômicos, tendo, a biologia dos seus habitantes, como protagonista.

19

O texto 2 apresenta uma linguagem predominantemente objetiva, por meio da qual se busca ocultar a presença do enunciador.

Uma estratégia gramatical adotada para esse fim consiste no emprego de:

- (A) orações coordenadas, como se vê em “O aumento da produção de nutrientes permitiu o crescimento e a fixação da população humana em cidades”;
- (B) orações adjetivas, como se vê em “De fato, segmentos populacionais menos privilegiados, que ocupam, em sua maioria, as periferias urbanas [...]”;
- (C) voz passiva sintética, como se vê em “Sabe-se que não são apenas as intervenções físicas que transformam o território”;
- (D) modalizadores, como se vê em “Talvez seja válido dizer que Logos e Páthos caminham de braços dados pelas ruas das cidades mundo afora”;
- (E) locuções adverbiais, como se vê em “No Brasil, as doenças mentais são o terceiro maior conjunto de morbidades a pesar na sociedade”.

20

Em cada alternativa abaixo, apresenta-se a reescritura de alguma passagem do texto 2. A alternativa em que essa reescritura NÃO gerou erro no uso do acento grave no elemento sublinhado é:

- (A) Nesse contexto, a cidade se deve à uma complexa interação entre governança, ambientes urbanos físicos, sociais e econômicos.
- (B) De fato, segmentos populacionais menos privilegiados combinam um ambiente mais hostil com mais comorbidades, deficiência nutricional, menor acesso à informações.
- (C) Um estudo epidemiológico conduzido na região metropolitana de São Paulo chegou a conclusão de que aproximadamente 40% da população urbana preencheu critérios para ao menos um diagnóstico psiquiátrico.
- (D) Em uma complementaridade pungente às conclusões mais técnicas do levantamento epidemiológico, o estudo qualitativo dá voz ao sofrimento principalmente de mães, esposas e cuidadoras em geral.
- (E) No caso dos longos deslocamentos diários casa-trabalho-casa, eles podem ser agravados quando a população mais vulnerável é forçada à assumir dois ou mais empregos.

Raciocínio Lógico-Matemático

21

Um dado cúbico honesto, com as faces numeradas de 1 a 6, é lançado duas vezes consecutivas. Sabe-se que no primeiro lançamento saiu um número maior do que 4.

A probabilidade de que a soma dos dois números sorteados seja maior do que 8 é:

- (A) $\frac{1}{2}$;
- (B) $\frac{2}{3}$;
- (C) $\frac{5}{8}$;
- (D) $\frac{7}{12}$;
- (E) $\frac{9}{16}$.

22

As amigas Carla e Diana fazem aniversário hoje. Há 6 anos, quando Carla fez 7 anos, Diana deu um cachorrinho recém-nascido para Carla, que deu o nome Bob a ele. Hoje, a soma das idades de Bob, Carla e Diana é 35 anos.

A diferença, em anos, entre as idades de Diana e Carla é:

- (A) 2;
- (B) 3;
- (C) 4;
- (D) 5;
- (E) 6.

23

Os corredores A e B são tais que a velocidade de A é 50% maior que a velocidade de B. Em uma pista, B está 120 m à frente de A e, juntos, iniciam uma corrida com A perseguindo B.

A distância que o corredor A percorrerá até alcançar B é:

- (A) 240 m;
- (B) 300 m;
- (C) 320 m;
- (D) 360 m;
- (E) 480 m.

24

A roda de certa bicicleta tem 60 cm de diâmetro externo. A bicicleta tem um contador de voltas, ou seja, um aparelho que registra o número de voltas dadas pela roda em determinado percurso. Jair testou essa bicicleta e fez um percurso onde o contador registrou 500 voltas da roda.

Considere a aproximação $\pi = 3,14$.

A distância percorrida por Jair nesse teste foi de, aproximadamente:

- (A) 840 m;
- (B) 940 m;
- (C) 1060 m;
- (D) 1120 m;
- (E) 1200 m.

25

Considere o conjunto dos números naturais de 2 até 20:

$$\{2, 3, 4, 5, \dots, 18, 19, 20\}$$

O número de pares ordenados que podem ser formados com os elementos desse conjunto, de tal forma que as primeiras coordenadas (abscissas) sejam números pares e maiores do que as segundas coordenadas (ordenadas) correspondentes é:

- (A) 120;
- (B) 100;
- (C) 90;
- (D) 80;
- (E) 60.

26

Sabe-se que a sentença:

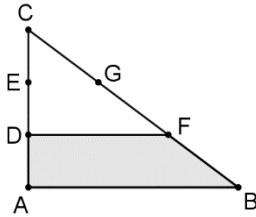
“Se a camisa é preta e a calça é branca, então o cinto é marrom ou o sapato é marrom” é FALSA.

É correto afirmar que:

- (A) Se o cinto é marrom, então o sapato é marrom;
- (B) Se o sapato não é marrom, então a camisa não é preta;
- (C) Se a calça é branca, então o sapato é marrom;
- (D) Se a camisa é preta, então a calça não é branca;
- (E) Se a camisa é preta, então o cinto é marrom.

27

Na figura abaixo, o triângulo ABC é retângulo em A.



O lado AC está dividido em 3 partes iguais pelos pontos D e E; o lado BC está dividido em 3 partes iguais pelos pontos F e G. São dados $AB = 18$ cm e $AC = 12$ cm.

A área do quadrilátero ABFD, em cm^2 , é:

- (A) 42;
- (B) 45;
- (C) 48;
- (D) 60;
- (E) 72.

28

Uma impressora deve imprimir os relatórios personalizados de todos os clientes de certa corretora. A impressão de cada um demora 24 segundos e a corretora possui 1.200 clientes. Trabalhando continuamente, a impressora realizará todo o trabalho em:

- (A) 7 horas e meia;
- (B) 7 horas e 40 minutos;
- (C) 8 horas;
- (D) 8 horas e meia;
- (E) 9 horas.

29

Joana gastou 30% da sua mesada comprando chocolates e 40% do que sobrou comprando livros.

Da sua mesada total, Joana ainda tem:

- (A) 28%;
- (B) 30%;
- (C) 36%;
- (D) 42%;
- (E) 54%.

30

Natália tem dez moedas de R\$ 0,25, dez moedas de R\$ 0,50 e dez moedas de R\$ 1,00. Ela foi a uma mercearia e quer pagar R\$ 9,75 com as moedas que ela tem.

O maior número de moedas que ela pode usar para pagar esse valor é:

- (A) 15;
- (B) 17;
- (C) 18;
- (D) 20;
- (E) 21.

31

Um morro foi cortado para a construção de uma estrada e 12 caminhões trabalharam durante 24 dias para transportar toda a terra para um aterro próximo.

Se 18 caminhões tivessem sido usados para esse trabalho, o transporte de toda a terra teria sido realizado em:

- (A) 16 dias;
- (B) 18 dias;
- (C) 20 dias;
- (D) 30 dias;
- (E) 36 dias.

32

Duas máquinas funcionam continuamente. Uma delas necessita de vistoria a cada 15 dias e a outra necessita de vistoria a cada 25 dias.

As duas máquinas foram vistoriadas no dia 1º de março.

O próximo dia em que as máquinas receberão vistoria simultaneamente será:

- (A) 9 de abril;
- (B) 19 de abril;
- (C) 2 de maio;
- (D) 14 de maio;
- (E) 15 de maio.

Legislação

33

ZZ, que ocupa o cargo de defensor público no Estado do Rio Grande do Sul há dez anos, foi procurado em sua residência por João, pessoa muito abastada e que estava sendo acusado de ser o autor de um crime de homicídio. Na ocasião, João solicitou que ZZ fosse o seu advogado.

ZZ respondeu, corretamente, que:

- (A) poderia ser o advogado de João, considerando a natureza da acusação;
- (B) poderia ser o advogado de João, caso fosse designado pela Ordem dos Advogados do Brasil;
- (C) não poderia ser o advogado de João, pois não estava caracterizado o exercício de uma atribuição institucional da Defensoria Pública;
- (D) poderia ser o advogado de João, pois compete aos defensores públicos defender quaisquer pessoas acusadas da prática de crimes;
- (E) não poderia ser o advogado de João, pois é vedado aos defensores públicos, em razão da grave afronta aos direitos humanos, defenderem os réus dos crimes de homicídio.

34

No período imediatamente anterior à alteração da composição do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, Joana, servidora da instituição, foi instada, por seu superior hierárquico, a adotar determinadas providências relacionadas a essa alteração, o que suscitou dúvidas em relação à composição do colegiado.

Ao fim de suas reflexões, Joana concluiu, corretamente, que o referido órgão:

- (A) conta com uma paridade de membros natos e de membros eleitos;
- (B) é formado pelos defensores públicos ativos e estáveis mais antigos na carreira;
- (C) conta com membros natos e membros eleitos, sendo que estes constituem a maioria;
- (D) conta com membros natos e membros eleitos, sendo que aqueles constituem a maioria;
- (E) é formado pelos agentes que ocupam os cargos de defensor público-geral, subdefensor público-geral, corregedor-geral e ouvidor-geral.

35

João, servidor ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul, foi deslocado, com o respectivo cargo, de uma entidade da administração indireta, dessa estrutura de poder, para outra entidade, também da administração indireta e da mesma estrutura de poder, com planos de cargos e vencimentos idênticos.

Considerando a sistemática estabelecida pela Lei Complementar estadual nº 10.098/1994, João foi submetido à:

- (A) redistribuição;
- (B) readaptação;
- (C) transposição;
- (D) substituição;
- (E) remoção.

36

XX, defensora pública do Estado do Rio Grande do Sul, sofreu representação disciplinar na qual foi narrada a alegada prática de falta funcional punida com a sanção de advertência.

Nesse caso, à luz do disposto na Lei Complementar estadual nº 11.795/2002, é correto afirmar que a falta funcional:

- (A) deve ser apurada em sede de correição;
- (B) deve ser apurada em sede de sindicância;
- (C) deve ser apurada em sede de processo administrativo disciplinar sumário;
- (D) deve ser apurada em sede de processo administrativo disciplinar ordinário;
- (E) por ter menor potencial ofensivo, não será objeto de investigação a ser instaurada em desfavor de XX.

37

No âmbito do Estado Alfa, determinada sociedade empresária, que oferecia o fretamento de ônibus para fins de transporte coletivo destinado à população de baixa renda, locou diversos veículos que se encontravam em condições precárias. Por tal razão, esses veículos se envolveram em acidentes que acarretaram a morte de diversas pessoas. Sensibilizado pelo clamor público e convicto da necessidade de responsabilização dos autores, o governador do Estado Alfa, em coletiva de imprensa, informou que colocaria a Defensoria Pública em regime de plantão especial, de modo a atender, com a maior celeridade possível, os familiares das vítimas, com o correlato ajuizamento das ações de reparação de danos.

À luz da sistemática constitucional, a narrativa acima se mostra:

- (A) certa, considerando que o governador do Estado deve definir as grandes linhas das políticas públicas a serem adotadas no território estadual;
- (B) certa, considerando que o governador do Estado ocupa a chefia do Poder Executivo, tendo ascendência hierárquica sobre as estruturas orgânicas que integram esse Poder;
- (C) certa, considerando que a Defensoria Pública, embora tenha autonomia funcional, carece de autonomia administrativa, estando sujeita às diretrizes estabelecidas pelo governador do Estado;
- (D) errada, pois a atuação da Defensoria Pública é primordialmente direcionada à tutela coletiva dos interesses indisponíveis, não à tutela individual de interesses disponíveis;
- (E) errada, pois a autonomia administrativa da Defensoria Pública afasta qualquer ingerência do governador do Estado em relação à organização e à alocação dos recursos humanos dessa instituição.

38

Maria, servidora recém-empossada em cargo de provimento efetivo da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, questionou suas colegas de trabalho a respeito dos requisitos a serem preenchidos, da forma de nomeação e da remuneração do ouvidor-geral da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Ana esclareceu que esse agente é nomeado pelo defensor público-geral, a partir de escolha realizada pelo Conselho Superior da Defensoria Pública. Gislene, por sua vez, afirmou que somente poderiam integrar a lista tríplice integrantes das carreiras jurídicas de Estado e de Governo. Esther, por fim, defendeu que o ouvidor-geral seria remunerado por subsídio correspondente ao de defensor público do Estado do Rio Grande do Sul da classe final.

Considerando a disciplina estabelecida na Lei estadual nº 13.536/2010, é correto afirmar, em relação às assertivas de Ana, Gislene e Esther, que:

- (A) todas estão erradas;
- (B) apenas a de Ana está certa;
- (C) apenas a de Esther está certa;
- (D) apenas as de Ana e Gislene estão certas;
- (E) apenas as de Gislene e Esther estão certas.

39

Maria, que foi ofendida em sua honra por Antônia, almejava a responsabilização penal de sua ofensora. Considerando que, de acordo com a sistemática legal vigente, a hipótese é de ação penal privada, Maria procurou um órgão da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul e solicitou o ajuizamento da referida ação.

Na ocasião, o defensor público informou corretamente a Maria que o patrocínio da ação almejada:

- (A) exige a realização de uma acusação, o que é vedado à Defensoria Pública;
- (B) exige a realização de uma acusação, o que, na generalidade dos casos, é função institucional da Defensoria Pública;
- (C) depende de autorização expressa do Conselho Superior da Defensoria Pública, considerando o interesse público envolvido;
- (D) somente é possível caso Antônia não seja hipossuficiente, pois, nesse caso, é vedado que a Defensoria Pública realize a acusação e a defesa em uma mesma relação processual;
- (E) está inserido entre as funções institucionais da Defensoria Pública, o mesmo ocorrendo com a ação penal privada subsidiária da pública, mas não com a ação penal pública.

40

João, ocupante do cargo de provimento efetivo de técnico da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, consultou a legislação vigente para se inteirar da relevância dos conceitos de padrão e classe na perspectiva da carreira em que está inserido. Ao fim de suas reflexões, concluiu, corretamente, que a carreira é composta por:

- (A) classes, sendo cada qual constituída por padrões, e a movimentação entre as primeiras caracteriza a promoção, e a transição entre os últimos, a progressão;
- (B) classes, sendo cada qual constituída por padrões, e a movimentação entre as primeiras caracteriza a progressão, e a transição entre os últimos, a realocação;
- (C) padrões, sendo cada qual constituído por escalas de vencimentos, de modo que a transição entre os primeiros caracteriza a progressão, e a movimentação entre as últimas, a promoção;
- (D) classes, sendo cada qual constituída por escalas de vencimentos, de modo que a transição entre as primeiras caracteriza a transposição, e a movimentação entre as últimas, a promoção;
- (E) padrões, sendo cada qual constituído por classes, e a movimentação entre os primeiros, conforme critérios de antiguidade e merecimento, caracteriza a promoção, e a transição entre as últimas, o interstício.

Conhecimentos Específicos

41

Na região mais pobre do Município Alfa, um caminhão desgovernado adentrou a residência de Ana, causando um grande desabamento no local.

Ao constatar o ocorrido, Maria, vizinha de Ana, questionou sua filha a respeito da possibilidade de entrarem na casa para verificar se havia alguma pessoa ferida no local, sendo-lhe corretamente informado que o ingresso na residência, de acordo com a ordem constitucional:

- (A) está condicionado à presença de duas testemunhas;
- (B) somente seria possível com o consentimento de Ana;
- (C) poderia ocorrer, ainda que não houvesse o consentimento de Ana;
- (D) poderia dispensar o consentimento de Ana, mas apenas se houvesse ordem judicial;
- (E) poderia dispensar o consentimento de Ana, mas apenas se fosse feito por policiais civis ou militares.

42

Pedro, servidor público do Estado Alfa, logrou ser eleito vereador do Município Beta. Logo após a proclamação dos eleitos, consultou a Defensoria Pública do Estado Alfa a respeito dos efeitos da investidura no cargo eletivo em relação ao cargo de provimento efetivo que ocupava.

A Defensoria Pública explicou, corretamente, a Pedro que:

- (A) não é admitida a cumulação de um cargo estadual com outro municipal, de modo que Pedro deveria optar por um deles;
- (B) é livre a acumulação do cargo de provimento efetivo com um cargo eletivo, qualquer que seja o ente ao qual estão vinculados;
- (C) em qualquer caso, ele somente pode optar pela remuneração e pelas vantagens correspondentes a um dos cargos, vedada a sua cumulação;
- (D) pode acumular o cargo eletivo com o cargo de provimento efetivo, se houver compatibilidade de horários, recebendo o estipêndio correspondente a ambos;
- (E) ele tem o direito público subjetivo de acumular o cargo de provimento efetivo com o cargo eletivo, independentemente do preenchimento de qualquer requisito prévio.

43

Após longo período de instabilidade política, ocorreu um golpe de Estado e uma pequena aristocracia assumiu o poder no País Alfa. Com o único objetivo de legitimar o golpe de Estado e a forma como o poder seria livremente exercido, essa pequena aristocracia outorgou uma Constituição para o País Alfa, que seria alterada conforme as suas conveniências.

À luz da classificação das ordens constitucionais, estamos perante uma Constituição:

- (A) nominal;
- (B) cesarista;
- (C) semântica;
- (D) normativa;
- (E) compromissória.

44

Ana, estudante de direito, constatou que, em determinada matéria de competência legislativa concorrente entre a União e os Estados, o Estado Alfa editou a Lei nº XX, disciplinando por completo certa temática. Pouco tempo depois, a União, que ainda não tinha legislado sobre a matéria, editou a Lei nº YY, que veiculou normas gerais sobre a matéria em sentido diametralmente oposto àquele estabelecido anteriormente por Alfa.

Ao questionar o seu professor a respeito dos efeitos da Lei nº YY em relação à Lei nº XX, foi corretamente informado a Ana que a(s):

- (A) Lei nº XX foi revogada;
- (B) Lei nº XX foi invalidada;
- (C) Lei nº XX teve sua eficácia suspensa;
- (D) Leis nº XX e YY vigerão simultaneamente, sendo que a primeira delas será aplicada a Alfa;
- (E) Lei nº YY deve ser considerada nula, por invadir o espaço temático já ocupado pela Lei nº XX.

45

Maria, ao atravessar a faixa de pedestres em determinada via pública, foi atropelada, durante o horário de expediente, por um automóvel do Município Alfa, conduzido por Pedro. Após se recuperar das lesões sofridas, procurou a Defensoria Pública com o objetivo de ajuizar uma ação de reparação de danos em face de Alfa, de modo que este ente federativo fosse condenado pelos danos causados.

Foi corretamente informado a Maria que Alfa:

- (A) não pode ser condenado, já que o dano foi causado por Pedro;
- (B) somente pode ser condenado caso seja provado o dolo ou a culpa de Pedro;
- (C) pode ser condenado, ainda que não seja provado o dolo ou a culpa de Pedro;
- (D) pode ser condenado, ainda que o dano tenha decorrido da culpa exclusiva de Maria;
- (E) somente pode ser condenado caso Pedro não disponha de bens suficientes para reparar o dano causado.

46

O setor competente da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul detectou a necessidade de contratar a realização de determinada obra, tendo decidido que deveria promover um diálogo com os licitantes previamente selecionados, consoante critérios objetivos, com o fim de identificar a alternativa mais adequada.

À luz da sistemática estabelecida na Lei nº 14.133/2021, a decisão tomada pelo referido setor é:

- (A) incompatível com a sistemática legal, por afrontar o dever de sigilo da licitação;
- (B) admitida pela sistemática legal somente quando, em momento anterior, a respectiva licitação foi considerada deserta;
- (C) admitida pela sistemática legal, sendo que os licitantes apresentarão proposta final após o encerramento dos diálogos;
- (D) admitida pela sistemática legal, sendo que a Administração escolherá o licitante que apresente a melhor alternativa ao fim dos diálogos;
- (E) incompatível com a sistemática legal, pois a modalidade de licitação escolhida somente é permitida para a contratação de serviços, não de obras.

47

Antônio, estudante de direito, questionou o seu professor de direito administrativo a respeito do enquadramento, no âmbito da Administração Pública do Estado Alfa, de três estruturas: (1) a Secretaria de Estado de Educação; (2) a autarquia Beta; e (3) a Divisão de desempenho da Secretaria de Estado de Educação, subordinada à Diretoria de Ensino, e esta ao secretário de Estado.

O professor de Antônio respondeu, corretamente, que a estrutura 1 é exemplo de:

- (A) desconcentração administrativa, o mesmo ocorrendo com a 2 e a 3;
- (B) administração indireta, enquanto a 2 e a 3 são exemplos de administração descentralizada;
- (C) administração direta; a 2, de administração descentralizada; e a 3, de desconcentração administrativa;
- (D) descentralização administrativa, o mesmo ocorrendo com a 3, enquanto a 2 é exemplo de administração direta;
- (E) administração centralizada, o mesmo ocorrendo com a 2, enquanto a 3 é exemplo de administração descentralizada.

48

Ana, servidora pública ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, foi aposentada em razão de incapacidade permanente para o trabalho. Dois anos após a aposentadoria, perícia médica oficial detectou que a enfermidade de Ana não mais subsistia, de modo que ela estava apta para o trabalho.

Nesse caso, à luz da sistemática estabelecida na Lei Complementar estadual nº 10.098/1994, deve ocorrer, em relação a Ana:

- (A) aproveitamento;
- (B) reintegração;
- (C) readaptação;
- (D) recondução;
- (E) reversão.

49

Inês, diligente diretora do órgão de controle interno de determinado ente federal, constatou que o setor de pagamentos desse ente proferira decisão, à margem da lei, em benefício de Maria, que recebeu um valor pecuniário em parcela única. Em sua análise, Inês também chegou à conclusão de que a decisão fora proferida em razão de uma interpretação equivocada da lei, sendo ignorado que pessoas com as características de Maria não poderiam ser beneficiadas.

Ao fim de suas reflexões, Inês concluiu, corretamente, à luz da Lei nº 9.784/1999, que o ato praticado à margem da lei:

- (A) pode ser anulado em até dez anos, contados do recebimento do benefício, considerando a má-fé de Maria;
- (B) pode ser revogado a qualquer tempo, por ser manifestamente contrário ao interesse público;
- (C) pode ser anulado a qualquer tempo, considerando o prejuízo causado ao patrimônio público;
- (D) pode ser anulado em até cinco anos, contados da data em que foi praticado;
- (E) é considerado convalidado após o decurso de um ano da sua prática.

50

A organização social Alfa celebrou contrato de gestão com o Município Beta, tendo recebido recursos públicos para o desenvolvimento de determinadas atividades na área de saúde, em relação às quais estava presente a convergência de interesses.

Em uma auditoria do Tribunal de Contas, foi constatado que os recursos repassados a Beta não foram aplicados na finalidade devida.

À luz da sistemática estabelecida na Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que Alfa, em relação aos referidos recursos de origem pública:

- (A) por ser uma pessoa jurídica, não pode sofrer as sanções previstas na Lei nº 8.429/1992, ainda que sejam compatíveis com sua natureza;
- (B) pode ser responsabilizada apenas em caráter subsidiário, caso seus dirigentes não tenham patrimônio suficiente para o ressarcimento dos danos causados;
- (C) somente pode sofrer as sanções previstas na Lei nº 8.429/1992, que sejam compatíveis com sua natureza, caso seja denunciada à lide por algum dos seus dirigentes;
- (D) pode sofrer as sanções previstas na Lei nº 8.429/1992, que sejam compatíveis com sua natureza, enquanto seus dirigentes somente serão responsabilizados se tiverem participado do ato ilícito e obtido benefícios diretos;
- (E) responderá em conjunto com seus dirigentes, em caráter objetivo, pelo desvio de recursos públicos detectado pelo Tribunal de Contas, podendo sofrer as sanções previstas na Lei nº 8.429/1992, que sejam compatíveis com sua natureza.

51

A resistência é um fenômeno esperado nas mudanças organizacionais. Para superá-la, os agentes da mudança podem usar táticas diversas, de acordo com os desafios encontrados.

Uma tática utilizada para vencer a resistência à mudança organizacional e uma de suas vantagens são, respectivamente:

- (A) participação; gera compromisso;
- (B) facilitação e apoio; tem baixo custo;
- (C) cooptação; gera confiança;
- (D) manipulação; reforça a credibilidade;
- (E) negociação; elimina a vulnerabilidade a pressões e chantagem.

52

A evolução da gestão de pessoas é marcada, entre outros aspectos, pela mudança da visão acerca de seu papel e de sua contribuição para as organizações. No contexto contemporâneo, a gestão dos recursos humanos ganha relevância estratégica e é entendida como parte fundamental na sustentação da competitividade organizacional. A construção de organizações competitivas exige que o RH atue com múltiplos focos de atenção, assumindo quatro papéis nesse processo, como proposto inicialmente por Dave Ulrich: administração da infraestrutura da empresa, administração da contribuição dos funcionários, administração da transformação e da mudança e administração das estratégias de recursos humanos.

Sobre o papel de administrador das estratégias de recursos humanos, é correto afirmar que:

- (A) tem como característica principal ser um agente de mudança e inovação;
- (B) sua atuação combina o foco estratégico/futuro com o foco nos processos;
- (C) tem como resultado a construção de uma infraestrutura de RH eficiente;
- (D) tem como resultado a criação de uma organização renovada;
- (E) tem como resultado o aumento do envolvimento e da capacidade dos funcionários.

53

Joana, gerente de uma equipe de cinco pessoas, está analisando informações de entrevistas realizadas com o grupo acerca de suas motivações e expectativas em relação ao trabalho. Na avaliação de Joana, os membros de sua equipe buscam satisfazer, primordialmente, a necessidades que poderiam ser classificadas, pela Teoria da Hierarquia das Necessidades de Maslow, como fisiológicas.

No contexto organizacional, necessidades fisiológicas podem ser atendidas por meio de:

- (A) plano de aposentadoria;
- (B) estabilidade no emprego;
- (C) participação nas decisões;
- (D) oportunidades de desenvolvimento;
- (E) intervalos de descanso.

54

Um consultor foi contratado para fazer a revisão do desenho de cargos de uma fundação privada. Os cargos haviam sido desenhados com base no modelo clássico, com ênfase nas tarefas e buscando eficiência por meio da racionalização do trabalho. O consultor constatou que, como resultado, o trabalho era: rigidamente programado, com métodos e procedimentos preestabelecidos; as pessoas não tinham conhecimento do impacto de suas tarefas sobre as demais atividades da organização.

Com base no modelo contingencial de desenho de cargos e suas dimensões essenciais do trabalho, na situação descrita, os cargos apresentavam, respectivamente:

- (A) baixo grau de autonomia; baixo grau de retroação;
- (B) baixo grau de variedade; alto grau de especialização;
- (C) baixo grau de variedade; baixo grau de retroação;
- (D) alto grau de especialização; baixo grau de significado das tarefas;
- (E) baixo grau de autonomia; baixo grau de significado das tarefas.

55

Certa organização de médio porte utiliza um método tradicional para a avaliação de desempenho de seus funcionários: incidentes críticos.

São aspectos positivos do método:

- (A) proporcionar uma visão global dos resultados da avaliação;
- (B) permitir fácil comparação entre os funcionários;
- (C) ter fácil montagem e aplicação;
- (D) ter participação ativa do avaliado;
- (E) proporcionar profundidade na avaliação do desempenho.

56

A tabela abaixo apresenta informações da movimentação de pessoal na organização fictícia XYZ relativas ao primeiro quadrimestre de 2022.

Mês	Movimentação		Número de empregados (último dia do mês)	Dias de trabalho
	Adm. (entradas)	Deslig. (saídas)		
Jan.	12	28	620	22
Fev.	8	48	580	18
Mar.	10	4	586	23
Abr.	32	12	606	20

Com base nas informações da tabela, os índices de *turnover* (rotatividade) do mês de fevereiro e do mês de março foram, respectivamente:

- (A) 4,2%; 1,1%;
- (B) 4,5%; 1,1%;
- (C) 4,5%; 1,2%;
- (D) 4,7%; 1,1%;
- (E) 4,8%; 1,2%.

57

Em uma entidade pública os servidores do setor de contabilidade estavam analisando a classificação da categoria econômica de algumas despesas em decorrência de um erro apontado pelo órgão de controle no período anterior.

Ao final da discussão, eles chegaram ao consenso de que o item que, pelas suas características e impacto no patrimônio do ente, NÃO pode ser classificado como despesa corrente refere-se a:

- (A) serviços de manutenção predial;
- (B) amortização do principal da dívida contratual;
- (C) aquisição de material para distribuição gratuita;
- (D) remuneração de servidores em cargos comissionados;
- (E) pagamento de juros e encargos de empréstimos por antecipação da receita.

58

Ao formular uma política pública é necessário considerar os princípios que regem a administração pública e definir critérios que possibilitem a avaliação do desempenho da ação governamental. Algumas características da ação governamental são:

- ela é concebida para atingir um ou mais objetivos;
- ela é executada a partir de métodos e estratégias;
- ela tem um custo que deve ser confiavelmente estimado em face das restrições de recursos; e
- dela se espera a geração de impactos na sociedade.

A expectativa de que a ação governamental gere impactos na sociedade deve ser avaliada à luz dos critérios de:

- (A) eficácia;
- (B) eficiência;
- (C) efetividade;
- (D) economicidade;
- (E) responsabilização.

59

No dia 24 de abril de 2023, enquanto aproveitava a piscina de sua residência, Tício recebeu uma ligação telefônica. Ao atendê-la, o agente foi informado de que seu filho havia sido sequestrado. A única forma de salvá-lo seria subtrair o computador pessoal de sua vizinha e entregá-lo aos sequestradores, que dispunham de interesse no conteúdo deste. Os sequestradores, em seguida, encaminharam a Tício uma foto de seu descendente sangrando. Desesperado, Tício ingressou no imóvel de sua vizinha e subtraiu o computador, para atender às demandas dos criminosos.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal e o entendimento doutrinário dominante, Tício não responderá por qualquer crime, em razão do(a):

- (A) inexigibilidade de conduta diversa, excludente de culpabilidade;
- (B) coação moral irresistível, excludente de culpabilidade;
- (C) coação física irresistível, excludente de culpabilidade;
- (D) obediência hierárquica, excludente de ilicitude;
- (E) estado de necessidade, excludente de ilicitude.

60

1º cenário: em 01/04/2023, em razão de circunstâncias extraordinárias e de forma fundamentada, foi editada, pelo Congresso Nacional, uma lei penal excepcional.

2º cenário: em 01/04/2023, em razão de circunstâncias pontuais e de forma fundamentada, foi editada, pelo Congresso Nacional, uma lei penal temporária.

Nesses cenários, à luz das disposições do Código Penal, é correto afirmar que os fatos praticados durante a vigência da lei penal excepcional:

- (A) somente serão por ela regidos enquanto perdurarem as circunstâncias que ensejaram a edição da norma. Por outro lado, os fatos praticados durante a vigência da lei penal temporária serão por ela regidos, mesmo após o transcurso do período de duração da legislação, salvo se a nova legislação for mais benéfica ao acusado;
- (B) serão por ela regidos, ainda que cessadas as circunstâncias que ensejaram a edição da norma, salvo se a nova legislação for mais benéfica ao acusado. Por outro lado, os fatos praticados durante a vigência da lei penal temporária somente serão por ela regidos no período de duração da legislação;
- (C) somente serão por ela regidos enquanto perdurarem as circunstâncias que ensejaram a edição da norma. Por outro lado, os fatos praticados durante a vigência da lei penal temporária serão por ela regidos, mesmo após o transcurso do período de duração da legislação;
- (D) serão por ela regidos, ainda que cessadas as circunstâncias que ensejaram a edição da norma. No mesmo sentido, os fatos praticados durante a vigência da lei penal temporária serão por ela regidos, mesmo após o transcurso do período de duração da legislação;
- (E) serão por ela regidos, ainda que cessadas as circunstâncias que ensejaram a edição da norma. Por outro lado, os fatos praticados durante a vigência da lei penal temporária somente serão por ela regidos no período de duração da legislação.

61

João, em um churrasco com amigos, na presença de aproximadamente quinze pessoas, afirmou que Matheus, auditor da Receita Federal, recebeu, na semana anterior, R\$ 10.000,00 para não atuar a sociedade empresária XYZ por sonegação fiscal, muito embora soubesse que tal fato não era verdadeiro.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, João incorrerá no crime de:

- (A) difamação, qualificado por ter sido praticado contra funcionário público, em razão das funções, e majorado por ter sido cometido na presença de várias pessoas;
- (B) calúnia, qualificado por ter sido praticado contra funcionário público, em razão das funções, e majorado por ter sido cometido na presença de várias pessoas;
- (C) injúria, qualificado por ter sido praticado contra funcionário público, em razão das funções, e majorado por ter sido cometido na presença de várias pessoas;
- (D) difamação, duplamente majorado por ter sido praticado contra funcionário público, em razão das funções e na presença de várias pessoas;
- (E) calúnia, duplamente majorado por ter sido praticado contra funcionário público, em razão das funções e na presença de várias pessoas.

62

Luiz caminhava pela rua XYZ, momento em que foi abordado por três policiais militares. Os agentes da lei, com base em fundada suspeita de prática delitiva, iniciaram revista pessoal em Luiz, o qual, mediante ameaça, se opôs à execução do ato legal.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, Luiz responderá pelo crime de:

- (A) desobediência, qualificado em razão da pluralidade de agentes públicos;
- (B) resistência, qualificado em razão da pluralidade de agentes públicos;
- (C) desobediência;
- (D) resistência;
- (E) desacato.

63

Alberto é proprietário de um imóvel residencial no centro da cidade de Porto Alegre, atualmente cedido em locação a Vilma, uma senhora muito idosa que, segundo Alberto apurou, encontra-se em frágeis condições de saúde. Prevendo que um falecimento iminente de Vilma é bastante provável e desejando preservar sua renda mensal proporcionada pelo valor do aluguel do imóvel, Alberto celebrou um contrato com seu amigo Rodrigo, por meio do qual aquele se obrigava a ceder o imóvel em locação para este, caso a atual inquilina viesse a falecer antes do final do ano corrente.

Nesse caso, é correto afirmar que Rodrigo:

- (A) já é titular dos direitos a que visa o contrato de locação, mas o exercício desses direitos encontra-se, por ora, suspenso;
- (B) já pode exercer os direitos a que visa o contrato de locação, pois os negócios entre vivos são exequíveis imediatamente;
- (C) ainda não adquiriu nenhum direito visado pelo contrato de locação, ostentando mera expectativa de fato;
- (D) pode exercer desde já medidas voltadas à conservação dos direitos visados pelo contrato, os quais ainda não adquiriu;
- (E) adquirirá retroativamente os direitos a que visa o contrato de locação quando Vilma falecer, pois o negócio é de execução periódica.

64

No dia de seu aniversário de 16 anos, Aline conheceu seu namorado, Gustavo. Quatro meses depois, quando Gustavo completou a maioridade civil, decidiu pedi-la em casamento. Os dois se casaram já no mês seguinte, com o consentimento dos pais de Aline. O casal viveu em harmonia nos primeiros meses, mas Aline acabou se envolvendo em um relacionamento extraconjugal que culminou no divórcio com Gustavo, semanas depois de terem completado um ano de casados. Já tendo experimentado um casamento e um divórcio aos 17 anos de idade, Aline decidiu seguir devagar com seu novo relacionamento afetivo e priorizar o seu futuro profissional. Por isso, matriculou-se em um curso profissionalizante oferecido por uma conceituada instituição privada de ensino. Tendo saído da casa de seus pais há mais de um ano, Aline nada comunicou a eles acerca dessa decisão.

Considerando as circunstâncias pessoais de Aline, é correto afirmar que a contratação da instituição de ensino por Aline é:

- (A) plenamente válida, independentemente de posterior ratificação do ato pelos pais da jovem;
- (B) anulável, mas produz efeitos enquanto não for pedida sua anulação, por ser a jovem relativamente incapaz;
- (C) inválida, tendo em vista a revogação da emancipação voluntária que fora concedida à jovem por seus pais;
- (D) válida, mas permanece ineficaz enquanto a jovem não adquirir a capacidade civil plena;
- (E) anulável, tendo em vista a cessação da causa de emancipação legal da jovem.

65

Zuleide vendeu para sua irmã Zuleica um pequeno apartamento de quarto e sala que recebera por herança do seu falecido marido. Como Zuleica passava por dificuldades financeiras, Zuleide comprometeu-se a transferir o imóvel imediatamente para a irmã, mas estabeleceu no contrato que esta última só começaria a pagar o preço do apartamento após dois anos da data de celebração. Imensamente agradecida pela generosidade da irmã, Zuleica sugeriu acrescentar ao contrato uma cláusula por meio da qual ela renunciava desde logo a qualquer prazo prescricional que pudesse prejudicar Zuleide.

À luz do direito civil brasileiro, essa cláusula é:

- (A) válida, desde que não prejudique terceiros;
- (B) inválida, mas não vicia o negócio jurídico como um todo;
- (C) anulável, mas pode ser confirmada tacitamente;
- (D) ineficaz, pois a pretensão de Zuleide não se sujeita à prescrição;
- (E) nula, mas pode convalidar depois de consumada a prescrição.

66

Há poucos dias, Carlos foi surpreendido pelo estrondo de uma janela de sua casa sendo quebrada. O dano foi causado por crianças do bairro que atingiram o vidro da janela com uma bola enquanto brincavam perto da casa. Para reparar o dano, Carlos mandou retirar o vidro e a esquadria metálica da janela quebrada. O vidro estilhaçado será descartado, mas a esquadria metálica, que está em perfeitas condições, encontra-se guardada na garagem da casa para ser reinstalada tão logo Carlos receba uma nova lâmina de vidro para a janela, que ele encomendou diretamente da fábrica.

De acordo com o Código Civil, considerando as especificidades do caso e sem prejuízo de outras classificações aplicáveis a esses bens, é correto afirmar que:

- (A) a esquadria metálica que se encontra guardada é um bem móvel e o vidro quebrado é um bem materialmente consumível;
- (B) a esquadria metálica que se encontra guardada é uma pertença da casa e o vidro quebrado é um bem juridicamente consumível;
- (C) o vidro quebrado é uma pertença da casa e a nova lâmina de vidro que Carlos deverá receber é um bem materialmente consumível;
- (D) a nova lâmina de vidro que Carlos deverá receber é uma pertença da casa e a esquadria metálica que se encontra guardada é um bem juridicamente consumível;
- (E) a esquadria metálica que se encontra guardada é um bem imóvel e a nova lâmina de vidro que Carlos deverá receber é um bem móvel.

67

Maria procurou a Defensoria Pública, afirmando que seu marido João é infiel e a agride de forma habitual. Por isso, pretende dissolver seu casamento. Todavia, não quer discutir em juízo a infidelidade de seu marido, mas pretende que seja ajuizada uma ação de separação judicial.

Dentre as opções abaixo, a que revela corretamente os elementos objetivos da ação a ser proposta é:

- (A) João e Maria e infidelidade;
- (B) separação judicial e violência doméstica;
- (C) infidelidade e violência doméstica;
- (D) separação judicial e infidelidade;
- (E) João e Maria e violência doméstica.

68

José, menor impúbere, representado por sua mãe Maria, por intermédio de um defensor público, propôs uma ação de investigação de paternidade em face de João, que é maior e capaz. Após a manifestação do Ministério Público, o juiz determinou a produção de provas.

Nesse cenário, dentre as opções abaixo, a que identifica a correta legitimidade ativa *ad causam* no processo é:

- (A) Maria;
- (B) defensor público;
- (C) Ministério Público;
- (D) José;
- (E) juiz.

69

Caio, domiciliado em Caxias do Sul, ajuizou demanda em que pleiteava a condenação de Tício, com domicílio em Porto Alegre, a lhe pagar determinada obrigação contratual.

A petição inicial foi distribuída a um juízo cível da Comarca de Porto Alegre e, após validamente citado, Tício ofertou a sua contestação.

Antes do início da fase da instrução probatória, veio aos autos a notícia, devidamente comprovada por documentos, de que Tício havia se mudado para Pelotas.

Nesse cenário, é correto afirmar que a petição inicial foi distribuída a órgão judicial:

- (A) incompetente, devendo o juiz extinguir o feito em razão da carência de ação;
- (B) incompetente, devendo o juiz extinguir o feito em razão da falta de pressuposto processual de validade;
- (C) incompetente, devendo o juiz declinar da competência em favor de um dos juízos cíveis da Comarca de Caxias do Sul;
- (D) competente, uma vez que a demanda ajuizada concerne a direito obrigacional;
- (E) competente, embora deva o juiz, após a vinda da informação sobre a mudança de domicílio do réu, declinar da competência em favor de um dos juízos cíveis da Comarca de Pelotas.

70

A possibilidade, prevista no Código de Processo Civil, de o juiz deferir, no início do processo, o requerimento de tutela provisória de urgência formulado pelo autor, sem a prévia oitiva do réu, é um corolário lógico do princípio do(a):

- (A) contraditório;
- (B) inércia;
- (C) devido processo legal;
- (D) juiz natural;
- (E) inafastabilidade do controle jurisdicional.

Realização

